



Internet Society
Capítulo Brasil

Dossiê de Impacto à Internet: Proposta de Pedágio na Internet

Proposta de implementação de network fees no Brasil

Sobre a ISOC Brasil

Somos o capítulo brasileiro da Internet Society, uma organização sem fins lucrativos fundada em 1992, que tem como missão empoderar as pessoas para manter a internet como uma força para o bem: aberta, conectada globalmente, segura e confiável.

São mais de 960 membros individuais e 4 grupos de trabalho: Responsabilidade de Intermediários, Soberania, Conectividade Significativa e Criptografia.

Princípios fundamentais que sustentam a arquitetura da Internet

- Uma infraestrutura acessível com um protocolo comum;
- Uma arquitetura em camadas implementada sobre blocos de construção interoperáveis;
- Um gerenciamento descentralizado com roteamento distribuído;
- Um sistema comum e global de identificadores; e
- Uma rede de uso geral e tecnologicamente neutra.

Habilitadores que a tornam um recurso aberto, globalmente conectado, seguro e confiável

- Acesso fácil e irrestrito
- Uso irrestrito e fomento ao desenvolvimento de tecnologias para a Internet
- Desenvolvimento, gerenciamento e governança colaborativos
- Alcance irrestrito
- Capacidade da rede
- Integridade de dados, informações, dispositivos e aplicativos
- Confidencialidade de dados, informações, dispositivos e aplicações
- Confiabilidade, resiliência e disponibilidade
- Prestação de Contas e Responsabilidade
- Privacidade

South Korea's 'Sender Pays' Policy Is a Threat to the Internet

The “sender pays” model is poised to create fragmentation of digital rules and standards, compromising the digital ecosystems that have been at the heart of the internet’s innovation and growth.

By [Adrian Wan](#)

August 03, 2022



Na Coreia do Sul houve efetivamente a implantação de políticas de network fees através da cobrança sobre acordos de peering:

- SVAs moveram servidores para fora do país, no intuito de evitar as taxas;
- Aumento de latência e degradação de serviços para o usuário final.

Proposta em análise

Modelo de Remuneração de Prestadores de Serviços de Telecomunicações por Grandes Usuários: uso responsável e sustentável do sistema

Tomada de Subsídios da Anatel nº 26/2023

Parte da premissa de que o volume de dados trafegado pelos grandes plataformas estaria gerando uma pressão sobre as redes

Relativização da neutralidade da rede para abarcar uma cobrança pelo uso da infraestrutura sobre o volume de dados.

QUEM COBRAR

VALOR

PONTOS DE MEDIÇÃO

Impactos transversais da proposta

- Relativização da neutralidade da rede para impor cobranças sobre o volume de tráfego.
- Impacto na eficiência operacional da interconexão
 - Risco de degradação da qualidade e bloqueio de tráfego
- Risco de diminuição e na flexibilidade das rotas e fragilização da resiliência da rede
- Fragmentação da Internet através da fragmentação da experiência do usuário

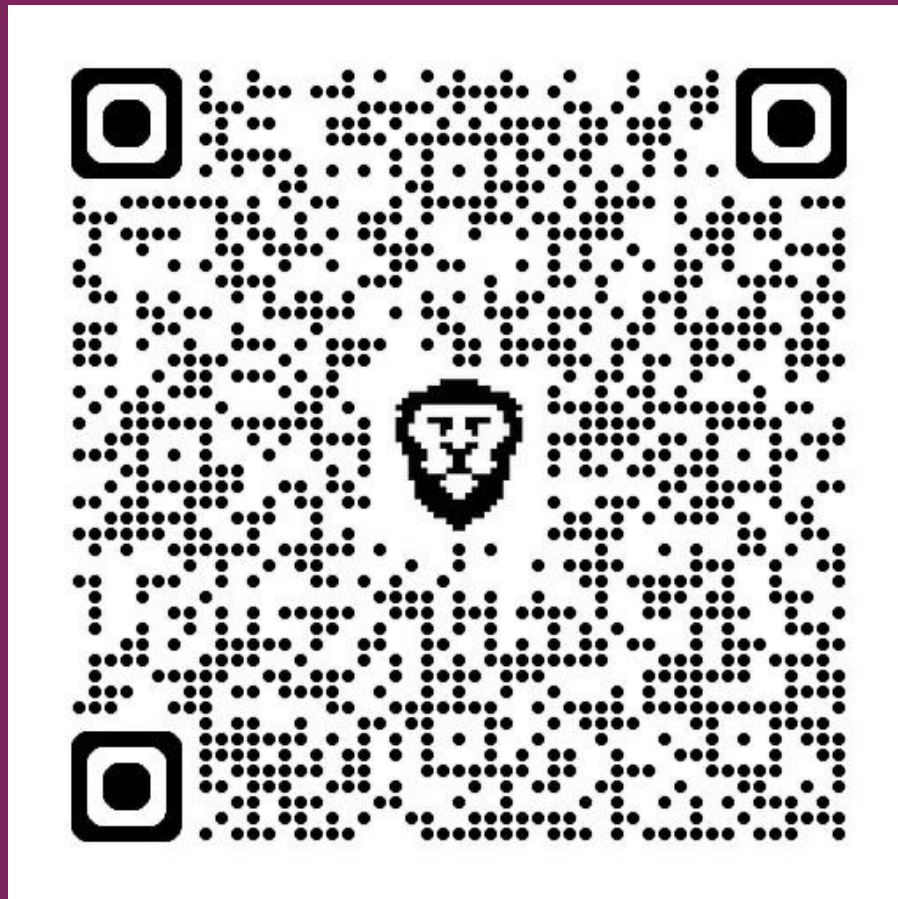
Impactos da proposta

Princípios fundamentais que sustentam a arquitetura da Internet

- **Uma infraestrutura acessível com um protocolo comum;**
- Uma arquitetura em camadas implementada sobre blocos de construção interoperáveis;
- **Um gerenciamento descentralizado com roteamento distribuído;**
- Um sistema comum e global de identificadores; e
- **Uma rede de uso geral e tecnologicamente neutra.**

Habilitadores que a tornam um recurso aberto, globalmente conectado, seguro e confiável

- **Acesso fácil e irrestrito**
- **Uso irrestrito e fomento ao desenvolvimento de tecnologias para a Internet**
- **Desenvolvimento, gerenciamento e governança colaborativos**
- **Alcance irrestrito**
- **Capacidade da rede**
- **Integridade de dados, informações, dispositivos e aplicativos**
- **Confidencialidade de dados, informações, dispositivos e aplicações**
- **Confiabilidade, resiliência e disponibilidade**
- **Prestação de Contas e Responsabilidade**
- **Privacidade**



Novembro de 2024

Dossiê de Impacto à Internet

Proposta de "Modelo de Remuneração de Prestadores de Serviços de Telecomunicações de Grandes Usuários: uso responsável e sustentável do sistema" apresentada pela Conexis Brasil Digital no âmbito da Tomada de Subsídios da Anatel nº 26/2023.

Status do debate

- **ANATEL** incluiu em sua Agenda regulatória para 2025–2026 a revisão dos objetivos relacionados à regulamentação dos deveres dos usuários, o que inclui a possibilidade de estabelecer uma network fee
- Previsão de **consulta pública** no primeiro semestre de 2025, com expectativa de uma decisão final no mesmo ano
- No legislativo, o **Projeto de Lei 469/2024**, que proíbe a network fee, foi aprovada na Comissão de Comunicação (2024) e agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



O que é a proposta do "pedágio na internet"?

Você já imaginou ter uma Internet mais cara, mais lenta e com menos conteúdo? Esse é um risco que corremos se o Brasil implementar a **política de compartilhamento de custos** (*network fee, cost sharing*, entre outras denominações em inglês).

A política de compartilhamento de custos é injusta. Trata-se de uma tentativa das grandes operadoras de telecomunicações que operam no Brasil para exigir mais financiamento para seus negócios. Grandes operadoras de outros países da Ásia, Europa e América Latina estão usando a mesma estratégia. Mas isso mudará toda internet, para pior.



<https://www.pedagionainternet.com.br/>

Obrigada!



Camila Tsuzuki
c.tsuzuki@protonmail.com



Paula Bernardi
bernardi@isoc.org